

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

QUESTÃO 31

A falha de mercado relativa a setores cujo processo produtivo se caracteriza pelo fato de os custos unitários declinarem conforme o aumento da quantidade produzida é representada pela existência de

- A externalidades positivas.
- B monopólios naturais.
- C mercados incompletos.
- D assimetrias informacionais.
- E *free riders* na utilização de bens públicos.

QUESTÃO 32

No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

- I Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.
- II O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.
- III A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 33

Com base nas regras do orçamento público dispostas na Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

- A Empenhos não liquidados oriundos de créditos com vigência plurianual só serão inscritos em restos a pagar no último ano da vigência do crédito.
- B Distinguidos em processados e não processados, os restos a pagar são as despesas liquidadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- C Despesa anulada será considerada como receita do mesmo exercício financeiro em que se efetivar, independentemente do momento em que a anulação ocorrer.
- D Os créditos adicionais suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- E Os créditos especiais e os extraordinários serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

QUESTÃO 34

No que diz respeito ao PPA e à LDO, julgue os itens a seguir.

- I O PPA compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- II A LDO deve dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- III A LDO não trata de normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 35

De acordo com a classificação econômica estabelecida na Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

- A As receitas patrimoniais são receitas correntes, e as de amortização de empréstimos e as de serviços são de capital.
- B As receitas patrimoniais e as de amortização de empréstimos são receitas de capital, e as de serviços são correntes.
- C As receitas de amortização de empréstimos e as patrimoniais são receitas correntes, e as de serviços são de capital.
- D As receitas patrimoniais e as de serviços são receitas de capital, e as de amortização de empréstimos são correntes.
- E As receitas de amortização de empréstimos são receitas de capital, e as patrimoniais e as de serviços são correntes.

QUESTÃO 36

Com relação à classificação da despesa pública, julgue os itens a seguir.

- I O programa temático expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.
- II Do ponto de vista operacional, os seguintes blocos de informação compõem o programa de trabalho: classificação por esfera, classificação institucional, classificação funcional, estrutura programática e principais informações do programa e da ação.
- III De acordo com a classificação funcional, a função reflete a competência institucional do órgão e representa o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.
- IV Atividade é o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa; envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 37

No que se refere à elaboração de proposta, à discussão, à votação e à aprovação de lei orçamentária anual (LOA), assinale a opção correta.

- A** Emendas ao projeto de LOA, para que sejam aprovadas, devem indicar os recursos estritamente necessários ao cumprimento do respectivo objeto, admitindo-se apenas recursos provenientes de excesso de arrecadação.
- B** O prazo para o presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo modificação em projeto relativo ao orçamento anual se encerra com o início da discussão, na comissão mista, da parte para a qual se propõe alteração.
- C** As emendas ao projeto de LOA devem ser apresentadas diretamente ao plenário das duas casas do Congresso Nacional, que sobre elas emitirão pareceres e as apreciarão.
- D** As emendas individuais ao projeto de LOA serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo a metade desse percentual destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- E** A execução orçamentária e financeira das programações relativas às emendas individuais de parlamentares ao projeto de LOA é facultativa.

QUESTÃO 38

A câmara de vereadores de determinado município aprovou e o prefeito promulgou lei que alterava uma ação governamental e acarretava aumento na despesa pública. No projeto da referida lei, constava somente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do exercício em que ela deveria entrar em vigor e a declaração de que o aumento de despesa se adequava, orçamentária e financeiramente, à lei orçamentária anual vigente.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que a referida despesa é

- A** regular, porque a lei municipal em questão atende corretamente aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- B** irregular, por não ter sido previsto o impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios seguintes à entrada em vigor da lei e por não ter sido apresentada declaração de compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- C** regular, pois é facultativa a apresentação da declaração de compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, sendo obrigatória somente a declaração de compatibilidade com a lei orçamentária anual.
- D** irregular, somente porque deveria ter sido apresentado o impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios seguintes à entrada em vigor da lei.
- E** irregular, por não ter sido apresentado o impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios seguintes à entrada em vigor da lei e por não ter sido apresentada a declaração de compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias, única declaração obrigatória.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**QUESTÃO 39**

As políticas e os procedimentos estabelecidos e postos em prática para assegurar a execução eficaz das respostas aos riscos selecionadas pela administração correspondem ao componente do gerenciamento de riscos corporativos estabelecido pelo COSO conhecido como

- A** ambiente interno.
- B** atividades de controle.
- C** informações e comunicações.
- D** identificação de eventos.
- E** avaliação de riscos.

QUESTÃO 40

A atividade de auditoria interna deve ser independente; e os auditores internos, objetivos ao executar seus trabalhos. Independência é a imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria interna de maneira imparcial.

Nesse sentido, pode ser considerada situação de prejuízo à independência ou à objetividade do trabalho do auditor interno a prestação de serviço de

- A** consultoria em operações pelas quais ele tenha sido responsável anteriormente.
- B** avaliação de operações que anteriormente contaram com sua consultoria objetiva.
- C** avaliação de operações pelas quais o chefe de auditoria é ou foi responsável.
- D** consultoria sob demanda do conselho de administração.
- E** avaliação de operações que ele mesmo avaliou no ano anterior.

QUESTÃO 41

Segundo a NBC TA 330, para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, são utilizados, entre outros, os procedimentos e testes que avaliam informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros e são examinadas relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou difiram significativamente dos valores esperados.

Tais procedimentos ou testes são denominados

- A** testes de controle.
- B** testes de detalhes.
- C** testes de observância.
- D** procedimentos analíticos substantivos.
- E** procedimentos de avaliação de riscos.

QUESTÃO 42

Auditor independente considera necessário destacar em seu relatório assunto que tenha sido divulgado ou apresentado nas demonstrações contábeis e que seja relevante para o melhor entendimento da auditoria pelos usuários. Caso o tópico não tenha sido destacado como principal assunto de auditoria nem se tenha exigido modificação de opinião, o auditor deverá incluir em seu relatório um(a)

- A parágrafo de outros assuntos.
- B parágrafo de ênfase.
- C parágrafo de opinião.
- D seção de incerteza relevante.
- E seção de responsabilidade do auditor.

QUESTÃO 43

Um dos dois componentes de determinado risco é a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que possa ser relevante; outro componente é o risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação ou em conjunto com outras distorções não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade. Essas informações caracterizam o risco

- A de auditoria.
- B de controle.
- C inerente.
- D de distorção relevante.
- E de detecção.

QUESTÃO 44

Considerando o uso de amostragem na realização de testes de controle, o fator que, mantidos todos os demais constantes, acarreta redução do tamanho necessário da amostra a ser realizada é o aumento

- A da extensão na qual a avaliação de risco do auditor leva em consideração os controles relevantes.
- B da taxa esperada de desvio da população a ser testada.
- C do nível de segurança desejado pelo auditor de que a taxa real de desvio na população não exceda a taxa tolerável.
- D da quantidade de unidades de amostragem em populações grandes.
- E da taxa tolerável de desvio definida pelo auditor.

QUESTÃO 45

Considerando-se que, em uma regressão múltipla de dados estatísticos, a soma dos quadrados da regressão seja igual a 60.000 e a soma dos quadrados dos erros seja igual a 15.000, é correto afirmar que o coeficiente de determinação — R^2 — é igual a

- A 0,75.
- B 0,25.
- C 0,50.
- D 0,20.
- E 0,80.

QUESTÃO 46

O controle e a auditoria governamentais, a depender da posição do órgão controlador e da sua relação com o auditado, podem ser classificados como internos ou externos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 elencou como uma das competências dos sistemas de controle interno de cada poder

- A avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio.
- C aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- D julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- E apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 47**

Assinale a opção que apresenta exemplo de prestação direta de serviço público.

- A coleta seletiva de lixo
- B execução de obra pública
- C serviço postal
- D serviços de radiodifusão
- E serviços de distribuição de gás natural

QUESTÃO 48

O objeto da revogação deve ser

- A um ato administrativo inválido.
- B um ato administrativo vinculado.
- C uma decisão administrativa viciada.
- D um ato administrativo imperfeito.
- E um ato administrativo eficaz.

QUESTÃO 49

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, a vacância de cargo público resultará de

- A readaptação.
- B posse em outro cargo não cumulável.
- C falecimento.
- D reversão.
- E mudança de domicílio.

QUESTÃO 50

Ainda de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, quanto ao processo administrativo, é correto afirmar que

- A o pedido de reconsideração e o recurso, em regra, têm efeito suspensivo.
- B o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- C o direito de pleitear na esfera administrativa prescreve, em regra, em trinta dias.
- D o recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão.
- E ao recorrente será concedido o direito de vista dos autos administrativos por até quinze dias.

QUESTÃO 51

Acerca de bens públicos, assinale a opção correta.

- A Os bens da União não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.
- B Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião.
- C As águas dos rios que banhem territórios de mais de um estado-membro são de domínio desses entes federados.
- D Domínio público compreende os bens de uso ou alcance comum que não sejam resguardados por direitos privados ou por proteção legal.
- E São de competência comum da União e dos estados federados as terras devolutas arrecadadas pelos estados por necessidade de proteção dos ecossistemas naturais.

QUESTÃO 52

Considerando as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, assinale a opção correta.

- A A sociedade de propósito específico deverá assumir a forma de companhia aberta.
- B O edital de contratação poderá prever leilão a viva voz, depois da abertura das propostas escritas.
- C A administração pública deverá ser acionista majoritária da sociedade de propósito específico.
- D A contratação de parceria público-privada será precedida por processo de licitação na modalidade convite.
- E O limite de garantia concedido pela União aos estados incluirá as despesas de contratos de parceria celebrados por toda a administração direta e indireta.

QUESTÃO 53

Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

- A Os serviços sociais autônomos são criados por meio de decreto.
- B As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que firmem termo de parceria com a União devem contratar mediante processo licitatório.
- C A outorga de qualificação como organização social é vinculada, desde que sejam atendidos os requisitos legais.
- D Os serviços sociais autônomos executam essencialmente serviços públicos.
- E Os serviços sociais autônomos são custeados pelas contribuições de seus associados, incidindo impostos sobre esses serviços.

DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 54**

De acordo com as disposições constitucionais acerca de orçamento público, é de iniciativa privativa do presidente da República projeto de lei ordinária que disponha sobre

- A as diretrizes orçamentárias, que será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de isenções e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas.
- B o orçamento anual, que compreende, entre outros, o orçamento fiscal referente aos poderes da União e o orçamento da seguridade social.
- C o plano plurianual, cujo objetivo é orientar a elaboração da lei orçamentária anual e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- D as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como sobre as condições para a instituição e para o funcionamento de fundos.
- E a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, sendo vedada a edição de medida provisória para esse fim.

QUESTÃO 55

Conforme a Constituição do Estado do Ceará, cabe aos órgãos de controle interno da administração pública estadual

- A exercer, especialmente, as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.
- B examinar as contas prestadas anualmente pelo governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a partir de seu recebimento.
- C analisar a legalidade da gestão orçamentária da administração pública estadual, salvo quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- D apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração pública direta e indireta.
- E avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, aplicando aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, as sanções previstas em lei.

QUESTÃO 56

De acordo com a jurisprudência do STF, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no âmbito desse tribunal

- A lei orçamentária estadual anterior à Constituição Federal de 1988, desde que o parâmetro seja uma norma constitucional federal.
- B decreto estadual editado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, desde que o parâmetro seja uma constituição estadual.
- C emenda constitucional promulgada antes da Constituição Federal de 1988, desde que o parâmetro seja a Constituição Federal anterior.
- D portaria ministerial editada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, desde que o parâmetro seja uma constituição estadual.
- E lei orçamentária federal editada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, desde que o parâmetro seja uma norma constitucional federal.

QUESTÃO 57

Conforme os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do STF com relação à repartição de competências, é correto afirmar que compete

- A** aos municípios planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- B** aos estados legislar, de forma concorrente, sobre as normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.
- C** aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- D** aos estados legislar, de forma concorrente, sobre direito econômico, urbanístico e financeiro e sobre orçamento.
- E** à União legislar, privativamente, sobre licitações e contratos e sobre previdência social.

QUESTÃO 58

João, tendo em vista seu direito fundamental de acesso à informação, solicitou cópia de documentos relacionados a determinado contrato administrativo em vigência firmado entre uma autarquia estadual e uma empresa. O presidente da autarquia, ao analisar o requerimento de João, indeferiu o pedido com base nos seguintes argumentos:

- I o requerimento não se baseava em interesse público, mas em interesse particular do solicitante;
- II as informações solicitadas estavam protegidas por sigilo.

Acerca dessa situação hipotética e à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- A** o indeferimento do pedido de João com base no argumento II é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 não autoriza a atribuição de sigilo a documentos da administração pública.
- B** a decisão administrativa de indeferimento pode ser questionada por João por meio da ação de *habeas corpus*, haja vista a violação de seu direito líquido e certo.
- C** o indeferimento do pedido de João não violou o seu direito fundamental de acesso à informação, uma vez que os documentos solicitados só poderiam ser divulgados após o término do prazo de vigência do referido contrato.
- D** a decisão administrativa de indeferimento pode ser questionada por João por meio de mandado de injunção, haja vista a existência de ato lesivo ao patrimônio público.
- E** o indeferimento do pedido de João com base no argumento I é inconstitucional, pois o direito de acesso à informação independe da demonstração da natureza do interesse envolvido.

QUESTÃO 59

De acordo com a Constituição Federal de 1988, exercem função essencial à justiça

- A** os órgãos integrantes do sistema de controle interno.
- B** os tribunais de contas estaduais.
- C** as procuradorias dos estados.
- D** os juízes de paz.
- E** os órgãos da administração fazendária.

QUESTÃO 60

A Constituição Federal de 1988 veda expressamente

- A** transferência voluntária de recursos financeiros pelo governo estadual para fins de pagamento de despesas com pessoal ativo dos municípios.
- B** o acúmulo, de forma remunerada, de dois cargos técnicos, exceto se houver compatibilidade de horários entre eles.
- C** a edição de medida provisória para dispor sobre a criação e extinção de órgãos da administração pública direta e indireta.
- D** a vinculação da receita de impostos a despesas relacionadas às ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.
- E** o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra com o objetivo de viabilizar resultados de projetos vinculados à ciência, tecnologia e inovação.

Espaço livre